

FIM DA HISTÓRIA?

Antonio Rezk*

Sem dúvida, a falência da União Soviética obriga-nos a rever conceitos e a retomar velhas questões, as quais julgávamos respondidas pela nossa interpretação dialética de um modo bipolar - extrapolando da constituição geográfica para a constituição política.

"Sempre imaginei Mestre Peixoto um internacionalista; mas ele assim não se considerava. Dizia-se universalista: "Um dia não existirão mais nações. Um dia existirá um só povo, uma só língua, uma só cultura, um só Estado... um Estado mundial. A Babel ressurecta e reedificada, reunificando o que no passado dispersara." Naquele tempo eu não entendia bem este universalismo. Interpretava o universalismo de Mestre Peixoto como se internacionalismo fosse; mais tarde percebi que não era isto.

Não era uma liga ou uma federação de nações, com cada povo mantendo a sua etnia e a sua cultura. Nada disso. Era antes uma homogeneidade racial planetária. Mas também não era só isto. Era algo parecido com uma integração mental global e total, como se sobre a Terra houvesse um único corpo, uma única inteligência, formando uma identidade absoluta, qual energia imanente agindo no corpo planetário, em permanente repouso social, porém em contínua expansão iônica. "O amálgama energético, supremo estágio da evolução humana"... É Mestre Peixoto com-

pletava: "Será a conquista da sociedade perfeita sobre uma natureza em pleno equilíbrio; será o estágio harmônico antes de um novo ciclo de destruição e de recreação. Depois a terra morrerá." Eu não atinava bem com que tipo de sociedade Mestre Peixoto sonhava. Parecia-me mais uma sociedade de mortos." (De um romance inédito).

Perry Anderson, no capítulo sobre Cournot, em que analisa a contribuição do matemático francês no estudo do papel do acaso nos eventos da história, num rodapé de página cita Kant, que me permito reproduzir:

"Casamentos, nascimentos e mortes não parecem estar sujeitos a qualquer regra mediante a qual os seus números pudessem ser calculados de antemão, uma vez que o livre-arbítrio humano exerce sobre eles uma influência tão grande; e, no entanto, as estatísticas anuais para eles em países grandes provam que eles estão justamente sujeitos a leis naturais constantes quanto às mudanças no clima... Indivíduos e homens e até nações inteiras pouco imaginam que, enquanto estão perseguindo seus próprios fins, cada um à sua maneira e com frequência em oposição a outros, estão sendo inconscientemente guiados num caminho que lhes foi fixado pela natureza."¹

Sem dúvida, a falência da União Soviética obriga-nos a rever conceitos e a retomar velhas questões, as quais julgávamos respondidas pela nossa interpretação dialética de um mundo bipolar - extrapolando da constituição geográfica para a constituição política. Mas a história não cumpriu, exatamente, o que lhe havíamos determinado; pelo menos não vem seguindo o nosso traçado. A essa altura da história a classe operária já devia ter libertado a humanidade... contudo, parece que ela se extinguirá como classe antes de fazê-lo. No entanto, tínhamos uma concepção científica - o

materialismo dialético - do desenvolvimento da sociedade. Se as leis do desenvolvimento das sociedades eram científicas, quem as revogou? Por outro lado, se leis naturais não presidem a evolução da humanidade e se esta se desenvolve ao acaso, como explicar a organização social e os diferentes estágios da história? Enfim, existe uma História da história? Ou somos apenas seres que nascem, produzem, se reproduzem e morrem, numa continuidade monótona que não se altera como comportamento social, desde que surgimos sobre a Terra, sendo a história apenas o registro cronológico deste fato? E o resto? É fantasia de intelectuais cujas idéias não batem com a realidade?

Claro que no desencanto e na perplexidade - mais da esquerda que da direita - sobram as indagações. Evidentemente, as interpretações se pluralizam. E como a crise não se contentou apenas em dismantelar o campo do "socialismo real", mas bate nos fundamentos da civilização - sobretudo no paradigma ocidental de hegemonia mundial -, multiplicam-se as interpretações; e não apenas entre os campos opostos, que continuam opostos - não mais como organizações políticas (Estados) rivais - mas como concepções antagônicas, uma vez que a polaridade entre democracia social e democracia liberal, que dominou estes últimos séculos, não foi ainda superada - mas mesmo dentro de cada campo.

Não sem razão dividem-se os analistas americanos quanto aos Estados Unidos estarem, ou não, em decadência. No fulcro de uma crise estrutural da

1. Perry Anderson, *O Fim da História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992, pg. 32.

* Ex-vereador e deputado estadual do PMDB e PCB, atualmente coordena o Movimento Humanismo e Democracia.

O operariado não fez a revolução... ou talvez ele tenha feito a sua revolução, que não era a nossa, tendo modificado a sua essência classista e perdido o seu viés proletário.

civilização contemporânea, o processo torna-se por demais complexo, e as noções de desenvolvimento e de decadência tornam-se fluidas, imprecisas: a decadência pode conduzir à degradação final, mas também pode ser um processo de transformação.

A responsabilidade de obter respostas àquelas indagações cabe à esquerda, uma vez que os teóricos do liberalismo já concluíram que a democracia liberal, parceira do capitalismo, é o máximo do desenvolvimento político a ser atingido pela humanidade, sendo o final da história, nada mais podendo ser concebido, como organização social superior.

Os marxistas também concebem um fim para a história: a sociedade comunista. De qualquer forma estamos concebendo um fim. A grande questão, agora, é se a história tem continuidade. E dentro desta questão a velha formulação: existe um determinismo histórico?

Nada mais natural que recoloquemos esta questão, e com ela as nossas dúvidas, pois havíamos estabelecido um determinismo lógico, preciso, dialético, científico - assim o concebíamos -, em que a classe operária era o elemento final da história, detentora da sagrada missão revolucionária de libertação dos homens e construtora de uma nova civilização, com uma nova moral e uma nova cultura. Concebemos até um Estado operário... Não apenas isto não aconteceu, como o proletariado não chegou ao poder nem mesmo nos países onde revoluções foram feitas em seu nome. O operariado é agora uma classe - uma classe? - em profunda mutação. Está se alterando rapidamente o seu peso quantitativo na economia e modificando-se o seu perfil qualitativo na política. O operariado não fez a revolução... ou talvez ele tenha feito a sua revolução, que não era a nossa, tendo modificado a

sua essência classista e perdido o seu viés proletário. Num outro artigo meu, escrevi uma nota dizendo:

"Será preciso entender que a expressão política do operariado, como classe, reduz-se na mesma medida em que cresce o poder da ciência e da tecnologia como valor maior da produção de bens e de serviços; pode-se concluir, também, que um segmento - pequeno em relação à massa - qualificou-se para as novas formas de produção, tornando-se uma elite distante do conjunto proletário. A qualificação deste segmento pode torná-lo socialmente conservador, como parece ocorrer com o trabalhador dos países desenvolvidos."

De qualquer forma, não podemos fugir da necessidade de uma revisão da nossa conceituação dialética da história, tendo erigido como seu elemento propulsor a luta de classes e sacralizado o papel de determinado segmento do complexo social. Ora, a história não referendou essa visão. Nem antes, nem agora. Milhares de anos geridos por uma produção escravocrata não transformaram os escravos em classe revolucionária e nem conseguiram eles se autoelevantar ao poder como força antagônica ao domínio imperial; séculos de feudalismo e baronato não terminaram por uma revolução dos servos elevados "sinteticamente" ao poder do Estado moderno. Então, por que milagre, dois séculos de industrialização transformariam o proletariado em classe revolucionária e libertadora da humanidade, quando os seus ancestrais não o fizeram? Provavelmente nos equivocamos na identificação do elemento dialético da evolução social, ou, na melhor das hipóteses, superestimamos o seu papel. Mas, o nosso engano revoga o materialismo dialético? Assiste razão a Robert Kurz na sua crítica à vulgarização do "marxismo" pela sobreposição da chamada "luta de classes" sobre o sistema produtor de bens:

"A razão teórica e ideológica desse modo de pensar encontra-se na compreensão estranhamente sociologista da socialização e das formações sociais históricas. A teoria de Marx, vulgarizada por interpretações unilaterais até tornar-se "marxismo", foi privada de sua crítica decisiva da forma do sistema de reprodução burguesa moderno; a crítica da forma mercadoria que culmina no conceito do fetichismo, criado por Marx, foi eliminada e empurrada para um além

teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo. No lugar de um conceito da forma do sistema produtor de mercadorias e de sua condicionalidade histórica aparece, dessa maneira, um conceito reduzido das "classes lutadoras", como a suposta razão última da socialização; o *constitutum* tornou-se *constituens*, o fenômeno secundário das classes sociais foi transformado num fato inquestionável."²

Será preciso rever conceitos e reidentificar o elemento propulsor da história como fenômeno natural do desenvolvimento da sociedade humana sobre a Terra. Por isso é preciso retornar à questão do determinismo, de cujo entendimento resultará uma ou outra forma teórica de análise da transição contemporânea. Por exemplo, para Kurz, Toffler e outros, a humanidade vive uma crise estrutural final de um estágio do desenvolvimento social, para Fukuyama, Merquior e os neoliberais, o liberalismo aparece como a forma máxima e final de organização política e social.

Assim, existe um determinismo histórico? Se esta questão for colocada apenas como polêmica no campo da metafísica, então ela pouco responderá aos desafios do presente e o futuro nos aparecerá como obra do imponderável, sujeito a "possibilidades" abstratamente colocadas e cuja concretização dependerá da convergência de fatores do acaso, sobre os quais o homem não tem governo. Esta não é uma questão meramente retórica, sobretudo quando o colapso da experiência socialista - tida como inspirada no materialismo dialético - induz a uma visão não científica do desenvolvimento histórico. Por outro lado, a falência dos paradigmas nos obriga a um novo esforço intelectual na investigação dos fenômenos sociais e no entendimento das leis que regem o seu desenvolvimento, cujo conhecimento qualificará a luta política para a supremacia da civilização. A questão posta, portanto, é a de ter o homem social capacidade ou não de determinar e gerir o seu destino.

A primeira observação - em que pese a sua obviedade, mal percebida no dia-a-dia dos indivíduos - é a de que

2. Robert Kurz, *O Colapso da Modernização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pg. 48.

somos parte da ordem cósmica, e esta tem as suas leis. Somos uma raça que se desenvolveu solitariamente - portanto, não temos modelos exteriores que orientem a nossa evolução - num planeta finito, como tempo e como espaço. No espaço/tempo da capacidade biológica da Terra desenrola-se a história da raça humana: história que teve começo e que terá fim... ainda que este fim extrapole os limites do sistema solar, coisa hoje possível apenas no campo de ficção. Nesse espaço/tempo finito a vida segue um caminho de desenvolvimento permanente, ainda que não linear. A civilização aparece como produto natural da evolução do próprio homem e da sua capacitação intelectual para a acumulação de experiências e para o avanço do conhecimento, transformado este em elemento propulsor da conquista e da transformação da própria vida sobre o planeta. Isto é, sujeita às mesmas leis naturais que regem o mundo em todos os seus aspectos, a ação inteligente do homem interfere sobre o processo universal, não extrapolando-o espacial ou temporalmente, mas integrada ao mesmo processo como elemento subjacente, sendo a própria ação, simultaneamente, agente e conseqüente daquelas mesmas leis naturais que determinam a ordem cósmica. No complexo global o livre-arbitrio humano é apenas parte intrínseca da ordem natural.

Ora, essa dinâmica rege o desenvolvimento global da sociedade, cuja evolução segue uma linha ascendente, de tal forma que ao historiador é dado determinar os diferentes estágios. A seqüência histórica perpassa ciclos que alternam estágios de cultura e crises de transformação. E a cada transformação, um novo processo, um novo estágio e uma nova transformação... numa continuidade lógica em que o efeito de cada etapa repercute na organização da seguinte, sendo a causa do processo subsequente. O surgimento da vida e a manifestação da inteligência são as causas iniciais dessa evolução. Ao atingir um nível superior de organização social, inicia-se o processo civilizatório, cujos fatores são: o modo de produção e a acumulação do conhecimento, que interagem um sobre o outro.

Embora na consciência coletiva sejam imperceptíveis, leis naturais atuam na evolução humana, numa coerência permanente entre causa e efeito, pro-

cesso dentro do qual a ação do indivíduo, mesmo inconsciente da sua representatividade orgânica na estrutura histórica, é o elemento dinâmico, a energia contínua, estimulada pelas necessidades, ampliando cada vez mais os limites da sua conquista. Como fator do imponderável, a casualidade - embora tenha nexos em eventos particulares da história, quando olhada esta por compartimentos na aparência independentes - não altera a seqüência lógica do desenvolvimento global visto como resultado natural da transformação contínua da sociedade humana. Como síntese deste processo - obra da energia do homem e dos elementos físicos da natureza - a civilização aparece como a construção de um grandioso edifício, cuja conclusão ainda não se deu.

A civilização é obra coletiva. Mas não é fruto de uma transformação pacífica, senão produto de uma dominação quase sempre brutal, embora intercalada por atividades que desenvolvem a arte e o conhecimento que se tornam o patrimônio concreto que passa de geração a geração. Contudo, com esse processo de dominação, impérios foram construídos, e foram a expressão civilizada de um mundo bárbaro. Logo, até o estágio atual, a civilização não é apenas produto da inteligência, mas o é, também, e principalmente, da força. Assim, há uma lógica da inteligência, ou da racionalidade, atuando como elemento civilizatório; e há uma lógica da força atuando como condicionador social. E ambos têm relação direta com os dois pólos da organização política: com a forma da produção econômica na base da sociedade e com a qualidade do poder no topo social. O resto é conseqüência da administração dos conflitos entre os elementos antagônicos que a exploração econômica e a dominação política engendram. Por isso, a experiência soviética não chegou ao socialismo, mas foi apenas uma variante da industrialização manufatureira, como, aliás, Kurz afirma com outras palavras e melhor demonstração.

Exemplos? A história inteira. Desde os primeiros impérios, com destaque para Alexandre e Aristóteles que representam essa dualidade, a força e a inteligência atuando na expansão da civilização; o império latino: a expressão do cristianismo - humanista como idéia - no império de Bizâncio e nos domínios de

A questão posta, portanto, é a de ter o homem social capacidade ou não de determinar e gerir o seu destino.

Carlos Magno. Com Napoleão Bonaparte, como produto da Revolução Francesa e da modernização capitalista na Europa continental. A própria concepção de "ditadura do proletariado" tem por base o uso da força em nome de uma civilização superior. É conhecida a expressão de Lenin, em seu artigo "Sobre o Infantilismo de Esquerda e o Espírito Pequeno-burguês", em que, a exemplo dos alemães propõe adotar o capitalismo estatal "com toda força, sem titubear na aplicação do método ditatorial, do mesmo modo que Pedro acelerou a adoção da cultura ocidental pela Rússia bárbara sem hesitar em aplicar métodos bárbaros na luta contra o barbarismo". Nossa matriz cultural e paradigma mundial, a Europa colonialista até a segunda guerra, agiu diversamente? Claro que essa componente negativa do poder precisa ser superada pela civilização.

Não conhecemos nenhuma outra civilização que não a terrestre, e esta é o que tem sido desde as suas origens; por isso os seus agentes reais não podem ser ignorados se o nosso objetivo é o da análise conseqüente do processo social - no seu passado e no seu dever.

Embora não se possa profetizar detalhadamente o futuro, ainda assim, conhecendo os fatores orgânicos da transformação e os agentes reais do poder, será possível atuar no processo como elemento inteligente da evolução. Esse processo, não sendo tácito, não é passivo; mas envolve ativa e contraditoriamente os elementos sociais, como Marx entendeu. Todavia os seus conflitos não são os fundamentos do sistema, mas são parte dele, são a sua conseqüência natural, digamos o seu elemento energético. Pois se é preciso produzir para sustentar a organização social, o que é fundamental para o desenvolvimento da civilização, e se essa produção tem como motor essencial a energia humana - transformada em trabalho - dire-

tamente aplicada à produção, o que conduz à exaustão física, pois é queima de energia, então a relação dialética com o poder é uma relação de força, de dominação política. Nos limites internos da sociedade organizada (a hegemonia nacional) tem características de exploração; nas relações externas, de caráter imperial, o processo é espoliativo. Desta forma, o fator determinante da organização social e do seu desenvolvimento está na relação dialética entre o sistema produtor de bens (a forma de produção) e a essência do poder. Sem dúvida, esta é uma análise marxiana. Naturalmente, a causa primeira do desenvolvimento da sociedade politicamente organizada rumo à civilização está na relação de força entre conquistadores e conquistados - a origem das classes. A partir daí, a linha ascendente da civilização vincular-se-á ao sistema de produção que, sem ser exclusivo, é, no entanto, o fator preponderante.

De qualquer forma, há um envolvimento ativo e contraditório dos elementos sociais, em consequência do sistema produtivo, o qual determina a organização política. A continuidade desses conflitos sociais, são justificativas para a permanente presença negativa da força como ingrediente essencial do poder; e assim permanecerá enquanto os fundamentos de uma civilização superior não se estabelecerem como conquista definitiva da humanidade.

Numa razão histórica das transformações do sistema de produção, linha geral e predominante dos grandes impérios, podemos identificar os estágios de desenvolvimento da civilização (Toffler os chama de ondas) e verificar se estamos - ou não - próximos dos elementos estruturais que possam fundamentar uma nova e superior civilização, abstraindo, evidentemente, os elementos de dúvida e de barbárie que presidem a atual transição. O passado registra dois: o estágio agrário/escravocrata e o estágio industrial/operário; o presente assiste ao surgimento do terceiro: industrial/científico, ou industrial/robótico, como se preferir.

Nesse processo, a revolução é elemento natural e factual da transformação; ocorre quando os fatores de ruptura convergem para um ponto ideal de superação das relações sociais do estágio cujo ciclo de desenvolvimento se esgotou, quer quanto à sua forma de produção

econômica, quer quanto à sua capacidade de realização cultural, quer quanto ao seu organismo de dominação política.

Sem uma visão global do processo civilizatório, como fenômeno planetário, natural e vivo, a história reduz-se a um simples produto de conhecimentos pontuais e casuais, que sempre se exteriorizam na expressão política das nações, como fruto da natureza humana que se traduz na vontade individual de dominação, como se fatores de origem universal não intervissem no seu processo.

Embora não se devam ignorar as características das individualidades étnicas e nacionais no seu papel histórico, nem se possa desconhecer a influência dos fatores geográficos e econômicos que, num determinado instante, são os propulsores do crescimento e da hegemonia de algumas nações, contudo a sua hegemonia política e a sua liderança cultural sempre corresponderam às razões inerentes da natureza universal do desenvolvimento, como fenômeno próprio da evolução do ser social. Por essa razão, o impulso imperial sempre tendeu à globalização da civilização, ainda que, até hoje, esta civilização tenha sido edificada sobre a opressão humana, paradoxo que o conhecimento só resolverá com a criação de uma alternativa artificial à capacidade manufatureira do homem. Eis a revolução fundamental que a ciência e a tecnologia realizam.

Conseqüentemente, a civilização é um produto universal e a sua globalização como cultura também é um fim da evolução humana. Alguns povos, em determinados estágios dessa evolução, lideram o desenvolvimento; mas os efeitos desse desenvolvimento acabam por atingir a todos, apesar dos conflitos gerados pelo impacto de cada avanço e, não raro, do séquito de miséria e de barbárie que o acompanha. Porém, a superação da miséria e da barbárie encontra-se na aceleração, na racionalização, na globalização e na democratização do desenvolvimento, e não na sua contenção.

Finalmente, quais são os elementos que fundamentam um estágio superior de civilização?

O primeiro - porque ele é elementar para o desenvolvimento humano - é a socialização da liberdade de realização plena da individualidade. Na sociedade de economia manufatureira esta realiza-

ção só acontece pela acumulação privada da riqueza, na vertente burguesa, ou pelo caminho burocrático, na vertente bolchevista do capitalismo de Estado. Ambos os casos são elitistas, pela simples razão de que na economia manufatureira alguém - e este alguém é a grande maioria - precisa ficar jungido à produção de riquezas de forma integral e alienante. O liberalismo não responde a esta questão, como a experiência da "democracia social" também não respondeu.³

A socialização da liberdade tem um pressuposto, sem o qual ela não se concretiza - ou, então, será capenga, de baixa qualidade. Este é o segundo elemento basilar: a socialização do conhecimento.

A socialização do conhecimento (o pleno acesso ao Saber na sua integralidade) é o pressuposto básico não apenas para o exercício da liberdade, mas também para o exercício da igualdade no âmbito social.

Mas a socialização do conhecimento e da liberdade só se tornam possíveis com a ruptura do sistema manufatureiro e alienante da produção de bens, sem a qual a sua correspondência dialética com o poder não se altera. Mas esta ruptura não ocorre por razões ideológicas, senão que é fruto do avanço das forças produtivas. A ruptura se dá concretamente pela revolução científica e tecnológica que cria a alternativa eletrônica para a capacidade manufatureira e informativa do homem na produção.

No mundo das conjecturas cabem todas as possibilidades; todavia, as não factíveis vão para o terreno da ficção. São factíveis aquelas cuja natureza encontra no mundo real sustentação concreta: tanto pelo desenvolvimento material como pela razão histórica.

Sem dúvida, a construção de uma civilização superior, na qual a individualidade e a igualdade possam realizar-se na sua plenitude humana, integradas como fenômeno social, só ocorrerá pela conjugação de três fatores:

1. Uma produção econômica em grandeza suficiente para atender às ne-

3. Quando falo da liberdade de realização da individualidade, coloco-a no universo da civilização, onde as patologias sociais são contidas pelo próprio desenvolvimento cultural. Evidentemente, a civilização deve ser um processo sadio de desenvolvimento. As suas distorções e que precisam ser corrigidas.

A socialização do conhecimento (o pleno acesso ao Saber na sua integralidade) é o pressuposto básico não apenas para ao exercício da liberdade, mas também para o exercício da igualdade no âmbito social.

cessidades globais e individuais, porém, que não tenha mais a energia humana como fator direto e fundamental da produtividade. Ou, em outras palavras, que a civilização, no seu desenvolvimento, não mais se lastreie sobre a exploração humana;

2. A ocupação racional do Planeta; isto é, o equilíbrio entre a ocupação demográfica, a exploração econômica e a capacitação biológica da Terra;

3. Uma nova consciência social como produto cultural da humanidade.

O primeiro fator é fundamental; será a partir dele - e do controle social que sobre ele se estabelecer - que os três elementos poderão se conjugar para sustentarem uma nova civilização, evidentemente mais avançada e mais culta.

A robótica e a informática são os elementos fabris do novo sistema produtor de bens e de serviços. Eles substituem na produção milhões de trabalhadores, e produzem muito mais. Logo, a base científica e tecnológica para o primeiro fator já está pronta.

Claro que a simples existência do novo sistema produtor não torna fatal a construção dessa civilização tão sonhada pelos marxistas e pelos humanistas de variadas tendências. Todavia, ele é condição "sine qua non". Mesmo porque será inviável qualquer civilização que integre um quinto da população terrestre e exclua o restante. Sem um mínimo de equilíbrio social não haverá força alguma que sustente uma organização política. A diferença deste novo estágio da história com os anteriores é que estes, ainda que de forma bárbara, acabavam, de algum modo, integrando todos os componentes sociais na lógica da dominação. Era uma relação de produção. Havia uma lógica de dominação

entre senhores e escravos; entre barões e servos; entre patrões e operários. Esta lógica sofre agora uma drástica transformação: não pode haver uma relação de dominação entre os senhores da robótica e... os excluídos. Todavia aqueles não podem se realizar como civilização sem que estes sejam de alguma forma integrados. Logo, a organização social terá que ser reformulada. E é esta reformulação que deve ser objeto de investigação, pois em torno dela se dará a disputa política e do seu resultado emergirá a nova civilização. Busquemos, pois, entender o fulcro dessa disputa.

Sem me estender na análise da crise estrutural contemporânea, objeto de um outro artigo, todavia será importante frisar que: a informatização e a robotização rompem o sistema manufatureiro de produção e aceleram o desemprego estrutural. Começam a se alterar as relações sociais, com a redução drástica do mercado qualificado e com o crescimento da economia marginal, informal e ilícita, fatores de organização de um "Estado" paralelo. Declina a hegemonia ideológica imperial e é substituída pelo cesarismo como fator de ordem mundial, ao mesmo tempo em que também declinam as soberanias nacionais. Mas este é um período de transição. Logo, será importante avaliar quais são os novos componentes do poder que estão emergindo da revolução tecnológica, quais as suas relações e qual o seu papel na transição. Do modo como será controlada essa revolução dependerá a organização da nova sociedade.

Há uma nova simbologia do poder, surgida com o novo sistema de produção: a) A simbologia abstrata do poder (o capital financeiro (concentrado ou difuso), e b) A simbologia concreta do poder (o conhecimento científico e tecnológico).

Não preciso acentuar que agora não se trata mais da incorporação de todos na nova estrutura produtora, a partir de cuja participação produtiva cada qual receberá o seu quinhão. Agora se trata da criação dos mecanismos sociais que controlarão o novo sistema de produção de bens, cujo referencial não será mais a unidade homem/produção. E isto passa pela democratização da simbologia abstrata do poder e pela socialização da simbologia concreta do Poder (o conhecimento ao alcance de todos)⁴. Sem isto, não se eliminará a componente negativa

da força na organização do Estado.

Como já disse, o processo histórico não é tácito nem pacífico, enquanto a história não se concluir. Envolve luta e agora a queremos civilizada. Todavia será importante saber em torno do que se dará a luta política. Mas será mais importante ainda vislumbrar a superação da crise contemporânea no rumo histórico do avanço civilizatório. E aí será preciso ousar novas concepções que fundamentem a nova sociedade, no que ela deve ter de essencial, como: o Estado gestor; a democratização do poder e a socialização do conhecimento; o lazer como símbolo econômico e paradigma de desenvolvimento.

Nesse caminho será preciso, também, reconceituar a Democracia, que nos últimos anos adquiriu um sentido social que extrapolou o significado político da sua origem.

Democracia liberal e democracia social tornaram-se duas concepções antagônicas de uma relação de direitos do indivíduo frente ao Estado; foram concepções próprias do estágio industrial/manufatureiro. Contudo são concepções limitadas, pois a ampliação de uma restringe a outra. Para superar o poder discricionário do Estado, a Democracia, como conceito político, deve ultrapassar o formalismo de direitos do cidadão com o poder e transformar-se numa relação cultural entre todos os segmentos da própria sociedade. Este entendimento não é novo nem original; implica, porém, numa conceituação de uma nova civilização. O que, ao largo do tempo, significará o fim da própria democracia como conceito de organização política.

"Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada, mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois pensadores "previram" um "fim da história". Para Hegel, seria o Estado liberal, enquanto que para Marx seria a sociedade comunista."⁵

Parece claro que a História não vai parar em Hegel... Todavia, que a História tem um fim, isto ela tem!

4. Falo do conhecimento na sua plenitude, não da educação formal.

5. Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992, pg. 12.